

CIENTIFICIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DA COMUNIDADE BRASILEIRA

THE CIENTIFICITY OF INFORMATION ORGANIZATION: AN EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS BASED ON THE BRAZILIAN COMMUNITY

Daniel Abraão Pando^a

Carlos Cândido de Almeida^b

RESUMO

Introdução: A Organização da Informação tem-se constituído em importante campo de estudos e investigações relativas às questões do tratamento e do acesso às informações. Embora seja evocada a questão de sua cientificidade, os parâmetros que permitem sustentar essa afirmação ainda não estão sistematizados na literatura do campo. **Objetivo:** Nesse sentido, pretendeu-se a realização de um estudo que retratasse a suposta cientificidade desse campo a partir de uma análise dos seus fundamentos epistemológicos no contexto brasileiro. **Metodologia:** Adotamos como metodologia um estudo teórico-exploratório com a fundamentação da pesquisa bibliográfica e os aportes da análise de conteúdo. A partir de uma abordagem epistemológica, definiu-se, a partir da sistematização de Hilton Japiassu e Mario Bunge como sendo válidos para tal análise os seguintes critérios: objeto, método, teoria, terminologia/sistema conceitual e lei. **Resultados:** constatou-se, a partir do contexto brasileiro, que os critérios objeto, método, teoria, terminologia/sistema conceitual e lei não são atendidos pelo referido campo. **Conclusões:** Tendo como parâmetro preliminar que um campo não deve ser considerado científico apenas pelos vestígios mais visíveis como a existência de grupos de estudos, revistas especializadas, encontros e eventos nacionais e internacionais ou a quantidade de pesquisadores, observamos que, no contexto brasileiro, ainda não estão reunidas as condições necessárias e desejáveis do ponto de vista epistemológico que possam sustentar a plena cientificidade do campo de Organização da Informação.

Descritores: Organização da Informação. Ciência da Informação. Critérios de

^a Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI-UNESP). E-mail: danielpando@bol.com.br

^b Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI-UNESP). E-mail: carlosalmeida@marilia.unesp.br

Cientificidade.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento a respeito da constituição do campo Organização da Informação tornou-se primordial no atual contexto que estamos vivenciando de constante fluxo informacional e de uma cada vez maior necessidade de acessibilidade a conteúdos que estão disponíveis nos mais diferentes suportes. Dessa forma, nota-se que as questões relacionadas à organização da informação tornou-se de fato uma questão estratégica evidenciado pelo surgimento de alguns adjetivos que qualificam o presente momento histórico como os termos Sociedade do Conhecimento e Sociedade da Informação. Estes qualificativos revelam que a informação tornou-se um instrumento de poder na presente sociedade, uma vez que as grandes transações, econômicas ou não, estão baseadas na incessante utilização de ativos informacionais que foram se desenvolvendo de forma exponencial ao longo do tempo.

Embora a questão da cientificidade do referido campo venha sendo evocada por alguns autores ligados ao mesmo, partimos da hipótese de que os parâmetros que permitem sustentar essa narrativa ainda não estão sistematizados e, dessa forma, essa constatação parte mais de um entendimento empírico de que um processo eminentemente científico.

Nesse sentido, pretende-se sistematizar, a partir de dois autores ligados ao campo da Epistemologia, a saber Hilton Japiassu e Mario Bunge, alguns parâmetros que possam ser aplicados ao campo da Organização da Informação como forma de prover argumentos uteis que possam sustentar sua cientificidade além da mera constatação empírica.

2 O CAMPO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: RESGATE HISTÓRICO-CONCEITUAL

A Organização da Informação, enquanto campo de estudo, que integra a Ciência da Informação (SALES; GUIMARÃES, 2013), como uma sub-área daquela (ORTEGA, 2013) ou mesmo como uma especialidade da Ciência da

Informação (SANTANA; KOBASHI, 2013), exerce uma função chave na realidade informacional uma vez que seu principal objetivo está no suporte oferecido ao constante fluxo de tratamento e posterior recuperação de objetos informacionais (VICTORINO; BRASCHER, 2009).

Esse campo do saber tem se constituído em um dos pilares da Ciência da Informação uma vez que abrange diversas atividades documentárias. Por sua vez “essas atividades documentárias se desdobram em operações documentárias, que, para sua execução, lançam mão de instrumentos documentários, visando alcançar como resultado, os produtos documentários” (TORRES; ALMEIDA, (2015, online).

Entende-se, a partir dessa constatação que as atividades relacionadas à organização da informação tem uma importância estratégica e fundamental para os sistemas de informação, tendo em vista que a adequada organização influencia diretamente na recuperação de informações precisas e que atendam as necessidades dos clientes de um sistema de informação como a biblioteca, por exemplo. Nesse sentido, Svenonius (2000) enfatiza que a eficácia de um sistema que lida com a recuperação da informação está diretamente relacionada à inteligência adotada para sua organização, o que se presume que terá influência direta no seu acesso.

Da mesma forma, Cesarino e Pinto (1978), ao dissertarem sobre essa questão, afirmam que quando se considera aspectos relacionados à operação efetiva de um sistema de informação, um aspecto chave que não pode deixar de ser levado em conta nesse contexto é que se uma informação não foi adequadamente trabalhada e identificada quando entrar no sistema, nunca mais ela será recuperada. Assim, a informação, sem uma organização prévia, pode permanecer oculta e sem uso, ou demorar para ser encontrada, o que equivale a dizer, como Guimarães (2003, p.104), que “[...] informação atrasada constitui-se, em verdade, em informação negada”.

No que diz respeito a sua constituição histórica, Medeiros (2010, p.40), constata que a Organização da Informação “tem suas origens principalmente na Documentação e também na Biblioteconomia” e, no contexto da Ciência da Informação, segundo Almeida (2009), é um núcleo de pesquisa fundamental

visto que, para a disseminação da informação, é preciso primeiro organizá-la.

Sua história conceitual, nos moldes atuais, manifestada notadamente na catalogação, na classificação, na indexação e na análise documental, pode começar a ser contada a partir do surgimento da Classificação Decimal de Dewey – CDD, em 1876, e da obra *Rules for a Dictionary Catalog*, de Cutter (CAFÉ; SALES, 2010). Acrescentaríamos, ainda, a essas obras, os trabalhos desenvolvidos a partir do surgimento da Documentação, uma vez que, como aponta Ortega (2008, p.9), “as técnicas desenvolvidas pela Documentação promoveram o foco na representação do conteúdo dos documentos, deflagrando a noção de informação nos processos de tratamento e recuperação em detrimento das práticas de descrição formal do objeto físico informacional”.

Tanto Barreto (2002) e Barité (2001) quanto Smit (2009) a consideram como o núcleo duro da Ciência da Informação, sendo um dos seus papéis fundamentais o estabelecimento de arranjos a partir de pontos de vista, não somente no contexto das bibliotecas, mas no de instituições de diversas naturezas. Por sua vez, Martinho e Fujita (2010) defendem que o seu desenvolvimento não se deu apenas enquanto fazer prático e utilitário, mas enquanto campo científico legítimo e formalmente constituído.

Dessa forma, pode-se conjecturar que o campo de Organização da Informação vem, gradativamente, desenvolvendo-se em termos científicos e epistemológicos buscando uma inserção oficial no rol dos assim denominados campos científicos, porém, além de meras constatações empíricas, ainda não visualizamos na literatura especializada uma maior sistematização a respeito dessa questão de forma que se possa sustentar o discurso da sua plena cientificidade, razão pela qual nos propomos ao desenvolvimento do presente estudo buscando, na literatura relacionada ao desenvolvimento da ciência, parâmetros voltados para a sistematização de critérios de cientificidade que sejam úteis para avaliar tal afirmação.

3 CIÊNCIA E CRITÉRIOS DE CIENTIFICIDADE

Ao longo de sua existência, a Ciência vem enfrentando sistemáticos

questionamentos a respeito de sua atuação e abrangência. Se por um lado, não se pode dizer que esses argumentos sejam vazios e desprovidos de alguma verdade, por outro, não se pode simplesmente deixar de considerar todos os avanços que a humanidade experimentou desde o surgimento da ciência ainda em sua forma rudimentar na Grécia antiga.

Nesse sentido, à medida que a ciência foi se desenvolvendo, foi também sobrepujando as outras formas de conhecimento estabelecendo-se de maneira muito firme e permanente como um conhecimento que goza de grande credibilidade junto ao público. Não é sem razão que, quando qualquer empresa ou empreendimento quer dar mais garantias de um uso eficaz aos seus produtos e que os mesmos são “confiáveis”, utilizam a expressão “comprovado cientificamente” ou “testado cientificamente”.

Essa forma de se referir à ciência mostra que ela de fato tem se caracterizado por uma forte predominância descritiva e explicativa dos diversos fenômenos e acontecimentos que todos os dias interferem na vivência humana. Como destaca Chibeni (2006a, online), “constitui crença generalizada que o conhecimento fornecido pela ciência distingue-se por um grau de certeza alto, desfrutando assim de uma posição privilegiada com relação aos demais tipos de conhecimento [...]”. Nesse sentido, o referido autor aponta que “teorias, métodos, técnicas, produtos contam com aprovação geral quando considerados científicos”.

Porém, antes de iniciarmos a discussão sobre os critérios de cientificidade a respeito de um campo científico, convém fazermos uma observação para definirmos o que delimitamos como critério, no presente estudo, baseado, sobretudo no pensamento de dois autores ligados ao campo da Epistemologia que tratam dessas questões, quais sejam: Hilton Japiassu e Mario Bunge. Japiassu (1981) entende que o critério deve fornecer a possibilidade de se distinguir entre o válido e o inválido e, dessa forma, falar de critérios a respeito das ciências humanas e, nesse caso, especificamente da Organização da Informação, é colocar o problema de seu estatuto epistemológico, ou seja, o problema de sua cientificidade relativamente às demais formas do saber objetivo.

Por sua vez, Bunge (2013) aponta que existe uma distinção entre a

definição de um campo e as condições de existência desse campo (teste). Dessa forma, de acordo com o autor, “uma definição estabelece condições necessárias e suficientes; um critério, somente condições suficientes. [...] uma definição nos diz o que é o conceito definido, um teste nos diz como reconhecê-lo ou distingui-lo” (BUNGE, 2013, p.28). É sobretudo sobre esse segundo aspecto que procuramos analisar a cientificidade do campo de Organização da Informação.

Bunge (1980a), apresentou quais seriam, em sua opinião, os componentes de um campo *C* para que o mesmo possa ser considerado científico e que apresentamos a seguir:

- (1) uma base filosófica ou visão geral *G* constituída por suposições gerais acerca do mundo, do conhecimento e da boa conduta;
- (2) uma base formal *F*, ou conjunto de teorias lógicas e matemáticas utilizáveis em *C*;
- (3) a base específica *E* de *C*, ou seja, o conjunto de teorias, hipóteses e dados obtidos de outros campos de pesquisa;
- (4) o fundo de conhecimento *K* de *C*, ou seja, o corpo de conhecimentos, diferentes de *E*, obtidos no mesmo campo *C* em épocas passadas;
- (5) o domínio *D* de *C*, ou universo do decurso de *C*, ou seja, o conjunto de objetos (por exemplo, álgebra, moléculas, plantas ou sistemas sociais) a que se referem os membros de *E* e de *K*;
- (6) a problemática *P* de *C*, ou seja, o conjunto de problemas relativos aos membros de *D* e que podem ser abordados com a ajuda de (1), (2), (3) e (4) e eventualmente, com elementos adicionais dos mesmos tipos;
- (7) o objetivo *O* de *C*, ou seja, o conjunto de metas da pesquisa;
- (8) a metódica *M* de *C*, ou o conjunto de métodos regulares (ainda que não necessariamente eficientes) para abordar os membros de *P* à luz de *G*, *F*, *E* e *K*, e em vista de *O*. (BUNGE, 1980a, p.35-36).

Resumindo o seu pensamento, Bunge (1980a) afirma que um campo de pesquisa pode ser representado pelo seguinte octeto: $C_p = (G_p, F_p, E_p, K_p, D_p, P_p, O_p, M_p)$.

Dessa forma, segundo o autor, um campo de pesquisa pode ser identificado como sendo formal ou factual: “é formal se seu Domínio *D* está composto exclusivamente de objetos conceituais (por exemplo, matemáticos), e factuais se *D* inclui objetos factuais (coisas concretas, suas propriedades, mudanças e tipos de mudanças, etc.)” (BUNGE, 1980a, p.36).

Além dessa primeira subdivisão, fazendo uma associação com as mesmas, os campos podem se caracterizar como factual-empírico e também factual-teórico. Assim, segundo o referido autor, o mesmo será factual e empírico “se sua metódica *M* inclui métodos empíricos, tais como a experimentação” e, também, pode ser factual e teórico “se *M* inclui somente métodos conceituais, tais como cálculos”. Uma outra sistematização que o autor apresenta é que um campo de pesquisa também pode ser considerado racional “se sua base formal *F* inclui alguma lógica e se é possível discutir racionalmente sobre todos os seus componentes” (BUNGE, 1980a, p.36). A partir da aplicação e desenvolvimento dessa ideia, Bunge (1980a) constata que, de forma geral, os campos de pesquisa científica ou ciência compartilham dos seguintes aspectos que são determinantes para a sua existência: uma visão geral, uma base formal, um objetivo além do método científico.

Tendo por objetivo demonstrar a natureza de uma disciplina científica (considerada como sinônimo de ciência), Japiassú (1976) também define alguns critérios que podem ser aplicados para caracterizar um campo como científico, tal como apresentados a seguir:

Figura 1 – Critérios para caracterizar a natureza de uma disciplina científica

Critérios	Caracterização
1. domínio material	É constituído pelo conjunto de objetos pelos quais as disciplinas se interessam e dos quais se ocupam.
2. domínio de estudo	Nada mais é senão o ângulo específico sob o qual a disciplina considera seu domínio material, podendo ser comum a várias disciplinas (corresponde àquilo que os escolásticos chamavam de “objeto normal”).
3. nível de integração teórica	Está ligada aos conceitos teóricos fundamentais e unificadores de uma disciplina capazes de abranger todos os fenômenos próprios, tendo em vista uma reconstrução da “realidade” do domínio de estudo a fim de explicar e prever os fenômenos que a ele se referem.
4. métodos	São próprios para apreender e transformar os fenômenos, havendo perfeita concordância entre a aplicação dos métodos e as leis gerais do nível de integração teórica.
5. instrumentos de análise	Repousam, sobretudo, na estratégia lógica, nos raciocínios matemáticos e na construção de modelos.
6. as aplicações	Quanto mais elas se orientam para a aplicação profissional, mais ecléticas se revelam em sua concepção epistemológica, exigindo, assim, programas pluridisciplinares.
7. contingências históricas	Em seu processo de evolução histórica, cada disciplina se encontra, em cada fase, num momento de transição, em contacto com forças e influências internas e externas do “aqui” e do “agora”.

Fonte: Japiassú (1976, p.60).

Como se pode perceber, as condições impostas para a caracterização de

um campo científico são rígidas e complexas. Mas, apesar de sua caracterização e importância, não é algo que tenha um consenso no meio acadêmico, principalmente, com o advento da pós-modernidade que, levando em consideração todas as mudanças que vem ocorrendo no contexto mundial, apresentaram sérios questionamentos no que diz respeito ao surgimento de uma nova forma de enxergar o alcance da atividade científica. Contudo, não se entrará na querela sobre ciência moderna e pós-moderna neste artigo; interessa aqui tratar da base epistemológica para uma disciplinaridade.

Dessa forma, com base nos estudos que foram feitos e nas leituras que foram realizadas a partir dos autores elencados acima chegamos à constatação de que os critérios a serem aplicados para a constatação da cientificidade de um campo científico e, por extensão, do campo de Organização da Informação, podem ser assim elencados: objeto, método, teorias, leis e terminologia/sistema conceitual.

4 METODOLOGIA

Definidos esses critérios, realizamos um estudo mais aprofundado com a finalidade de sistematizar suas principais características, buscando sua validação no campo da Ciência e, em uma próxima etapa, aplicamos esses critérios no campo de Organização da Informação a fim de analisar a sua suposta cientificidade¹.

Para o aspecto mais operacionalizado a respeito do referido estudo adotamos como estratégia metodológica a aplicação de uma análise de conteúdo a partir da perspectiva de Bardin (2011). Com base no que se pode entender de sua aplicabilidade definimos os seguintes parâmetros:

¹ O detalhamento dessa etapa pode ser mais bem visualizada na tese de doutorado intitulada Epistemologia da Organização da informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro defendida junto ao PPGCI da Unesp - Marília. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pando_da_do_mar.pdf>

Figura 2 – Etapas da Análise de conteúdo

Pré-análise	Construção do corpus de análise	<p>Para a primeira parte do trabalho, que foi a delimitação dos critérios que seriam utilizados, foi feito um levantamento na literatura geral de documentos bibliográficos a respeito das seguintes temáticas: Ciência, Epistemologia, Critérios de cientificidade. Para tanto recorreremos ao acervo da biblioteca do campus de Marília, em bases de dados disponíveis na internet e através das bases oferecidas pela biblioteca da UNESP (via VPN) e em buscadores como Google com a finalidade de validar junto à literatura especializada os critérios definidos a partir das obras de Japiassu e Bunge.</p> <p>Para a segunda etapa, que foi o estudo do campo de Organização da Informação foram delimitadas os registros bibliográficos das Base de dados BRAPCI, LISA e SCOPUS. Para as pesquisas nessas bases de dados adotamos a expressão de busca: “organização da informação”. A opção pela busca com os termos entre aspas foi adotada para termos um filtro nos assuntos elencados que guardassem correspondência direta com a temática definida, visto que, sem esse truncamento, levantaríamos esses termos de forma individualizada. A partir da busca foi possível levantar um total de 157 documentos. Após uma primeira leitura e análise dos materiais que foram levantados, constatamos que, desse total de documentos levantados, alguns não foram selecionados para fazerem parte do corpus final por apresentarem os seguintes intervenientes: 13 artigos estavam em duplicidade no levantamento sendo que alguns foram recuperados com o título em inglês, mas já tinham sido recuperados com o título em português; 10 documentos não se encaixavam na modalidade artigos sendo 2 editoriais, 6 resenhas e 2 resumos (monografia e dissertação); 4 artigos eram de autores estrangeiros; 6 documentos eram trabalhos apresentados em eventos e 2 artigos não foram encontrados. Dessa forma, a análise final se deu em um total de 122 artigos.</p>
	Unidades de registro	Foi elaborada uma base de dados desenvolvida a partir do Software Access com as seguintes unidades de registro: Referência, Tema (Ciência / Organização da Informação), Variáveis, Resumo, Definição/Conceito, Observações.
	Categorização	Foi elaborada a seguinte categoria de análise: Critérios de cientificidade que foi aplicada tanto no campo Ciência quanto no campo de Organização da Informação.
Exploração do material	Análise (variáveis de inferência)	Como variáveis de inferência foram delimitadas as seguintes: Objeto, Método, Teoria, Lei, Terminologia/sistema conceitual
	Apresentação dos resultados	Foram elaborados quadros de análise com as seguintes subdivisões: Categoria de análise; Variável de Inferência e Conteúdo.
Tratamento	Interpretação dos resultados	Através de uma perspectiva quantitativa e qualitativa foram sistematizados os critérios de cientificidade que foram delimitados junto a suas caracterizações a partir da literatura do campo Ciência. Em seguida esses critérios foram aplicados no campo de Organização da Informação para verificar como os autores do referido campo entendiam a delimitação desses critérios.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Bardin (2011)

5 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Passamos, a seguir, a tecer algumas considerações a respeito dos dados que foram coletados junto ao corpus de análise da pesquisa a partir dos critérios que foram definidos: objeto, método, teoria, leis e terminologia/sistema conceitual.

a) Critério objeto

Pode-se inferir, pelo levantamento que foi realizado junto à comunidade brasileira, que o objeto reivindicado pelo campo da Organização da Informação, pode ser identificado como a “informação registrada” como se pode verificar nos documentos bibliográficos levantados junto aos seguintes autores: Albuquerque; Sousa; Guimarães (2015); Baptista (2009); Brandt; Brascher (2010); Brasileiro; Freire (2012); Cavati Sobrinho; Moraes; Fujita (2012); Cicon; Lunardelli (2012); Ferreira; Almeida Júnior (2013); Fujita (2005); Gomes; Campos; Guimarães (2010); Lara (2006); Miranda et al (2012); Ortega (2004; 2010b); Paletta; Pelissaro (2015); Robredo (2011); Torres; Almeida (2015).

Entendemos, no entanto, que essa questão de há muito vem sendo debatida no interior do campo da Ciência da Informação e não se tem chegado a um consenso a respeito desse debate, de modo que ainda pairam algumas dúvidas a respeito da real constituição do objeto de estudo desse campo do conhecimento. Dessa forma, não é salutar para o campo da Organização da Informação tomar o suposto objeto da Ciência da Informação (*informação* e todas as suas variáveis) como o seu próprio objeto, pois se o mesmo pretende atingir um nível de cientificidade é de se supor que o mesmo tenha algum objeto particular diferente (embora possa estar relacionado) com o suposto objeto da Ciência da Informação.

Assim, levando em consideração as questões relacionadas e discutidas no estabelecimento do critério “objeto de estudo” entendemos, a partir dos dados que foram coletados, que o campo ainda não tem um objeto bem definido e delineado, mas busca no próprio campo da Ciência da Informação tomar o seu suposto objeto como se fosse também o seu próprio objeto. Conjecturamos que

o possível objeto desse campo pode ser identificado como o processo de representação da informação (nos aspectos descritivos e temáticos) e que para o estabelecimento de sua cientificidade o campo da Organização da Informação deveria partir dessa consideração básica que o distingue da Ciência da Informação.

Nesse sentido, entendemos que esse critério não está plenamente atendido pelo campo da Organização da Informação e, portanto, ainda não pode ser considerado como um componente efetivo do seu processo de constituição científica.

b) Critério método

Tendo por base o levantamento que foi realizado, pode-se inferir que a questão do método, no sentido estrito da palavra e delineado segundo a concepção de Bunge (1989), ainda não se apresenta de forma absolutamente clara e consensual entre os membros da comunidade brasileira.

Nesse sentido, pode-se notar que o campo de Organização da Informação, mediante o levantamento que foi realizado, revela uma série de procedimentos e técnicas que são voltadas para aspectos organizativos dos recursos informacionais, dentre os quais se podem destacar os seguintes: Modelagem (ALMEIDA; ANDRADE, 2014; CATARINO, 2014; CAVALCANTI; NASSIF, 2014; CICON; LUNARDELLI, 2012; DIAS, 2015; PACHECO; ORTEGA, 2015; PALETTA; PELISSARO, 2015; SOUZA; BEZERRA, 2016; VICTORINO; BRASCHER, 2009); Ontologias (ALMEIDA; ANDRADE, 2014; ALMEIDA; BAX, 2003; ALMEIDA; PROIETTI; COELHO; ANDRADE, 2013; CAMPOS, 2010; CATARINO; CERVANTES; ALMEIDA, 2015; DZIEKANIAK, 2010); Taxonomias (CATARINO; CERVANTES; ANDRADE, 2015; CAVALCANTE; BRASCHER, 2014; CAVALCANTI; NASSIF, 2014; CORREA; VIEIRA, 2013; CUNHA; ARAÚJO JÚNIOR, 2017; PONTES; LIMA, 2012); Representação da informação (BARROS; CAFÉ; SILVA, 2011; CATARINO, CERVANTES; ALMEIDA, 2015; CUNHA, 2017; FERREIRA; MACULAN, 2016; LEITE; RIBEIRO, 2016; PONTES; LIMA, 2012); Indexação (CASTRO; OLIVEIRA, 2016; CATARINO; CERVANTES; ALMEIDA, 2015; FERREIRA; MACULAN, 2016; GUEDES;

MOURA; DIAS, 2012; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2012; PAULA; MOURA, 2015; PONTES; LIMA, 2012; SANTANA, 2013; SILVA; SILVA, 2011; SOUZA et al., 2010;); Arquitetura da Informação (BRASILEIRO; FREIRE, 2012; CAVALCANTI; NASSIF, 2014; CICON; LUNARDELLI, 2012; LEITE; RIBEIRO, 2016; LEITE; SOUSA, 2013); Mapas conceituais (CATARINO; CERVANTES; ALMEIDA, 2015); Folksonomias (ASSIS; MOURA, 2013; BRANDT; MEDEIROS, 2010; CATARINO; CERVANTES; ALMEIDA, 2015; GUEDES; MOURA, DIAS, 2012; MIRANDA et al., 2012; SANTANA, 2013; VIERA; GARRIDO, 2011); Classificação (CAVALCANTE; BRASCHER, 2014; MENDES, 2016; PONTES; LIMA, 2012; SILVA; SILVA, 2011; TORRES; ALMEIDA, 2015); Bibliometria (BRANDT; MEDEIROS, 2010; DIAS, 2015; SANTOS, 2015); Análise de domínio (DIAS, 2015; GUIMARÃES, 2014), Método analítico sintético (SALES; GUIMARÃES, 2017) dentre outros.

O que podemos constatar a partir dessa análise é que, aquilo que são delineados como “métodos”, na verdade, podem ser identificados com o que Bunge (1989) chama de “técnicas especiais”. Nesse sentido, essas técnicas especiais não têm uma preocupação primeira em proporcionar condições de produção de novos conhecimentos ou esclarecimento de problemas, função específica do método científico, como apontado por Nérici (1978, p.15), “método é o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos”, mas estão voltados para o próprio recurso informacional. Entendemos, então, que a função dessas “técnicas especiais” está na agregação de valor ao próprio documento possibilitando, dessa forma, uma melhor organização dos mesmos de forma a permitir o acesso às informações neles contidas.

Nesse sentido, consideramos que ainda não estão claramente definidos os parâmetros norteadores para o estabelecimento de um “método” o qual, efetivamente, faça avançar o conhecimento científico no contexto do campo da Organização da Informação. O que pode ser constatado é a existência de uma série de procedimentos que podem ser identificados com o que Bunge (1989) chama de “técnicas especiais”, próprias de cada campo científico. Assim, em relação aos critérios que foram definidos, é possível apontar que o campo de

Organização da Informação não atende de forma satisfatória a esse critério.

c) Critério teoria

O levantamento realizado junto a comunidade do campo de Organização da Informação revelou que o mesmo ainda é carente de um corpo teórico próprio, pois se percebe uma atividade recursiva com a adoção de várias teorias de outros campos que são utilizadas em seus processos e análises dentre as quais se podem destacar as seguintes: Teoria dos Três Mundos de Karl Popper (ALMEIDA; ANDRADE, 2014; ROBREDO, 2011); Teoria Geral da Terminologia (AQUINO; CARLAN; BRASCHER, 2009; FRANCELIN; KOBASHI, 2011; SANTANA, 2013) e alguns de seus desdobramentos como a Teoria comunicativa da Terminologia (FRANCELIN; KOBASHI, 2011; LARA, 2006, 2008); a Socioterminologia (FRANCELIN; KOBASHI, 2011; LARA, 2008) e Teoria Sociocognitiva da Terminologia (LARA, 2006); Teoria da informação (estrutura) (PALETTA; PELISSARO, 2015); Teoria da Comunicação (mensagem) (PALETTA; PELISSARO, 2015); Teoria da estruturação (BRASILEIRO; FREIRE, 2012); Teoria Matemática da Comunicação (ARAÚJO, 2010; BARROS; CAFÉ, 2012; MEDEIROS, 2012); Teoria Matemática da Informação (MEDEIROS, 2012); Teorias cognitivistas (ARAÚJO, 2010); Teoria Semiótica (BARROS; CAFÉ, 2012; LARA, 2008); Teoria da auto-organização (MEDEIROS, 2012); Teoria Linguístico-pragmática (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012); Teoria dos conjuntos (ALMEIDA; SOUZA, 2011); Teoria semântica (ALMEIDA; SOUZA, 2011); Teoria sistêmica (RIBEIRO; MONTEIRO, 2012); Teoria da Aprendizagem Significativa (MOURA, 2009); Teoria da ação comunicativa – Habermas (GRACIOSO, 2010); Teorias funcionalistas e cognitivas (LARA, 2006); Teoria hermenêutica da informação (LARA, 2008); Teoria do Conceito (ARAÚJO, 2010; DZIEKANIAK, 2010; FRANCELIN; KOBASHI, 2011; GOMES; CAMPOS; GUIMARÃES, 2010; SANTANA, 2013); Teoria da Classificação Facetada (AQUINO; CARLAN; BRASCHER, 2009; ARAÚJO, 2010; CUNHA; ARAÚJO JÚNIOR, 2017; DZIEKANIAK, 2010; FRANCELIN; KOBASHI, 2011; KOBASHI, FRANCELIN; 2011; MACULAN; LIMA, 2014; MIRANDA et al., 2012; PONTES; LIMA, 2012; SANTANA, 2013;

TRISTÃO et al., 2004); Teoria da Gramática de Valências (MACULAN; LIMA, 2014); Teoria da Gramática de Casos (MACULAN; LIMA, 2014); Teoria dos Níveis da Realidade (MARCONDES, 2015) dentre outras.

Como se pode notar pelos resultados apresentados acima, as teorias que influenciam o campo da Organização da Informação são vindas das mais diversas áreas como a Linguística e a Terminologia com as quais o campo mantém um vigoroso diálogo e que são dois pilares basilares no desenvolvimento de sistemas e processos no que diz respeito ao tratamento dos itens informacionais; a Cibernética; a Teoria Matemática da Informação que, sem dúvida, foi uma das teorias que mais influência teve no desenvolvimento do campo e, a partir da qual, a própria Ciência da Informação buscou seus fundamentos científicos; passando pela Educação, com a Teoria da Aprendizagem significativa, o que denota uma maior preocupação com a importância do usuário nos processos desenvolvidos no interior das bibliotecas e dos centros de informação e, atualmente, percebe-se uma maior aproximação com as teorias Semióticas que vem ganhando destaque nas questões relacionadas aos processos de organização da informação, dentre outras vertentes teóricas.

Especificamente no que diz respeito ao próprio campo da Organização da Informação, pode-se apontar que, embora sejam citadas diversas teorias, as que guardam mais proximidade com os aspectos intrínsecos referentes ao desenvolvimento desse campo são a Teoria do Conceito e a Teoria da Classificação Facetada, desenvolvida por Ranganathan. Pode-se argumentar que, embora essa teoria seja um marco no desenvolvimento dos estudos levados a cabo pelo campo da Organização da Informação, não se trata de uma teoria genuinamente pertencente a este campo, uma vez que a mesma tem em sua base elementos da Teoria da Classificação que foi desenvolvida no contexto lógico e filosófico.

Nesse sentido, pode ser notada (excetuando a Teoria do Conceito) uma preocupante ausência de um corpo teórico próprio que garanta um avanço mais sistematizado e robusto ao campo de Organização da Informação. Embora possa ser notado um avanço na compreensão dos serviços de informação que

são prestados na sociedade, o mesmo se deve, em grande parte, à ajuda de referenciais teóricos e aplicados advindos de outras disciplinas com as quais este campo mantém relações. Essa ausência de referenciais teóricos próprios do campo leva o mesmo a sofrer de inconsistências e fragilidades conceituais e epistemológicas que são fundamentais na constituição de um campo científico.

Desse modo, pode-se apontar que este critério também não atende de forma satisfatória às exigências para ser considerado como parte integrante da cientificidade do campo de Organização da Informação.

d) Critério Lei

O levantamento realizado junto à comunidade de Organização da Informação apresenta uma unanimidade no que diz respeito à ausência de citações de leis no escopo de atuação desse campo. A única exceção é aquela realizada às denominadas leis bibliométricas (CAFÉ; BRASCHER, 2008; CASTRO; OLIVEIRA, 2016;) ou infométricas (ROBREDO, 2011), dentre as quais se podem citar a Lei de Bradford (CAFÉ; BRASCHER, 2008; CASTRO; OLIVEIRA, 2016; ROBREDO, 1982; 2011), a Lei de Zipf (CAFÉ; BRASCHER, 2008; CASTRO; OLIVEIRA, 2016; ROBREDO, 1982; 2011) e a Lei de Lotka (CAFÉ; BRASCHER, 2008; CASTRO; OLIVEIRA, 2016).

No entanto, é preciso considerar que, embora se relacionem, Organização da Informação e Bibliometria são campos distintos e nesse sentido, as leis da Bibliometria não tem uma aplicação direta nos processos de representação da informação (descritiva ou temática). Compreende-se desse modo que, se não afetam diretamente o campo, não tem como considerá-las como leis próprias do campo de Organização da Informação e portanto, este campo não tem traduzido suas reflexões em leis próprias.

Nesse sentido, o que se pode notar, à semelhança do critério teoria, é que o campo da Organização da Informação, no que diz respeito ao critério lei, exerce uma atividade recursiva recorrendo a outras leis externas a sua constituição com o objetivo de, por exemplo, conhecer a produção bibliográfica dos autores do próprio campo.

Entende-se, então, que, a quase ausência de citações referentes ao

estabelecimento ou a citação de leis estabelecidas no campo da Organização da Informação, revela que o campo ainda não tem formalizado em seu arcabouço epistemológico um corpo sistematizado de leis que possam ser aplicados nos processos de organização da informação. Dessa forma, consideramos que esse critério também não é atendido no que diz respeito à constituição de cientificidade do campo de Organização da Informação.

e) Critério terminologia / sistema conceitual

A análise deste critério partiu da premissa de que a ciência, em qualquer concepção ou qualquer definição que dela se tenha, não existe fora da linguagem. Assim como em outros empreendimentos humanos, a linguagem exerce uma função central e decisiva nos aspectos referentes à existência de um campo científico. Em relação a esse critério, nota-se uma ausência de referências à existência de uma terminologia própria e sedimentada do campo de Organização da Informação. Assim, mesmo identificando algumas citações no que diz respeito à importância da terminologia (BARROS; CAFÉ; SILVA, 2011; CAFÉ; BARROS; SANTOS, 2014; FRANCELIN; KOBASHI, 2011; ROBREDO, 2011; SANTOS, 2015; TÁLAMO; LENZI, 2006), não conseguimos identificar no corpus de análise elementos que pudessem corroborar a existência de uma terminologia ou sistema conceitual satisfatório próprio do campo de Organização da Informação. Ao contrário, foi possível identificar, em alguns trabalhos, a referência a uma problemática no que diz respeito à consolidação de uma terminologia própria e adequada a esse campo do conhecimento (ALMEIDA; SOUZA, 2011; ASSIS; MOURA, 2013; BRASILEIRO; FREIRE, 2012; CAFÉ; BARROS, 2016; CUNHA, 2017; GUEDES; MOURA; DIAS, 2012; KOBASHI, 2007; KOBASHI; DIAZ; SANTANA, 2014; LARA, 2004; LARA, 2008; ORTEGA, 2013; SIMÕES; FREITAS, 2013; TÁLAMO; LENZI, 2006).

De modo geral, o que se pode notar, a partir das leituras dos artigos levantados e que fazem parte do corpus de análise, é que o campo ainda carece de uma melhor sistematização no que diz respeito ao desenvolvimento de seu sistema conceitual. Assim, partindo da constatação de que, em ciência, a linguagem deve objetivar o ajuste dos termos e conceitos que são utilizados em

seu arcabouço teórico de forma que sejam adequados ao pleno atendimento das necessidades de representar, por seu significado, o que realmente é apresentado e apreendido pela realidade, entendemos ser necessário um melhor direcionamento dos estudos realizados no âmbito do campo de Organização da Informação de forma a estruturar melhor seu sistema terminológico e conceitual e, dessa forma, contribuir significativamente para a consolidação científica desse campo, uma vez que o desenvolvimento de um sistema conceitual consistente e ajustado de um campo científico torna-se necessário, pois o mesmo passa a ser visto como um instrumento que agrega valor e consolida os discursos.

Desse modo, consideramos que o campo de Organização da Informação não atende de forma satisfatória ao critério delimitado e, assim, inferimos que o mesmo ainda não possui um sistema conceitual próprio e consolidado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base o entendimento de que a cientificidade não deve ser vista como um fim em si mesma ou um modelo pronto e acabado de uma vez por todas, mas como uma ideia reguladora (BUNGE, 1980b; JAPIASSU, 1981; LADRIERE, 1982), compreendemos que, a partir da análise do contexto brasileiro, o campo de Organização da Informação, apesar de seu inegável avanço e de sua importância no atual contexto informacional, ainda não atingiu a sua plena consolidação científica.

A análise a partir do contexto brasileiro evidenciou que alguns critérios que podem ser aplicados e identificados como constituintes de uma ciência, como objeto, método, lei, teoria e sistema conceitual, não foram atingidos ou contemplados por esse campo. Dessa forma, entendemos que, a partir do contexto brasileiro, ainda não estão reunidas as condições necessárias e desejáveis do ponto de vista epistemológico adotados no presente estudo que possam sustentar a plena cientificidade do campo de Organização da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. **Peirce e a Organização da Informação**: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo. 2009. 416 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación, Organização do Conhecimento. In: CARRARA, K. (Org.) **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BARRETO, A. A. **O tempo e o espaço da Ciência da Informação**. Transinformação, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980a.

BUNGE, M. **Epistemologia**: curso de atualização. São Paulo: T.A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980b.

BUNGE, M. **La ciencia**: su método y su filosofía. Navarra: Imagraf, 2013.

BUNGE, M. **La investigación científica**. 2 ed. corr. Barcelona: Ariel, 1989.

CAFÉ, L. M. A.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRASCHER, M. (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília, DF: IBICT, 2010.

CESARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978.

CHIBENI, S. S. **O que é ciência?**. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

GUIMARÃES, J. A. C. **A análise documentária no âmbito do tratamento da informação**: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

LADRIÈRE, J. Prefácio. In: BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. D. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. **La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización**. Scire: Representación y organización del conocimiento, v. 16, p. 61-70, 2010.

MEDEIROS, G. M. **Organização da informação em repositórios digitais: implicações do auto-arquivamento na representação da informação**. 2010. 303 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2010.

NÉRICI, I. G. **Introdução à lógica**. 5. Ed. São Paulo: Nobel, 1978.

ORTEGA, C. D. Contexto de desenvolvimento da organização da informação, com enfoque para a catalogação, na escola de ciência da informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 182-215, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13344>. Acesso em: 11 set. 2017.

ORTEGA, C. D. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2008.

SALES, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Julius Otto Kaiser na Organização da Informação: contribuições para classificação, catalogação e indexação de assuntos. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL/XI CONGRESSO ISKO ESPANHA, 1, 2013, Porto. **Anais eletrônicos...**Porto, 2013. Disponível em: <http://ocs.letras.up.pt/index.php/ISKO/ISKO/paper/view/90>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTANA, S. A.; KOBASHI, N. Y. Produção científica em Organização da informação em periódicos brasileiros de Ciência da Informação (2000-2010). In: Seminário de Pesquisa da FESPSP, 2013, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/ISeminarioPesquisa_SolangeAlvesSantana.pdf. Acesso em: 22 jan. 2016.

SMIT, J. W. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. In: SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (Orgs.) **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p.57-66.

SVENONIOUS, E. **The Intellectual Foundation of Information Organization**.
London: The MIT Press, 2000.

TORRES, S.; ALMEIDA, M. C. B. Classificação: uma operação inerente às
linguagens documentárias?. **DataGramZero**, v. 16, n. 3, não paginado, 2015.
Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/18897>. Acesso em: 11 set.
2017.

VICTORINO, M. C.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e do
conhecimento, engenharia de software e arquitetura orientada a serviços: uma
abordagem holística para o desenvolvimento de sistemas de informação
computadorizados. **DataGramZero**, v. 10, n. 3, não paginado, 2009.
Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7097>. Acesso em: 11 set.
2017.

THE SCIENTIFICITY OF INFORMATION ORGANIZATION: AN EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS BASED ON THE BRAZILIAN COMMUNITY

ABSTRACT

Introduction: Information Organization has been constituted as an important field of studies and research related to the questions of treatment and access to information. Although its scientific nature is evoked, the parameters that allow to sustain such affirmation are not yet systematized in the literature of the field. **Objective:** In this sense, we have conducted a study that retracts the supposed scientificity of this field based on an analysis of its epistemological foundations in the Brazilian context. **Methodology:** Our methodology was theoretical-exploratory study based on bibliographic research and content analysis. Through an epistemological approach, it was defined, according to Hilton Japiassu and Mario Bunge's systematization, the following valid criteria for such analysis: object, method, theory, terminology/conceptual system and law. **Results:** we have observed that, in the Brazilian context, the parameters object, method, theory, terminology/conceptual system and law are not addressed by the afore mentioned field. **Conclusions:** Having as a preliminary parameter that a field should not be considered scientific only for its more visible vestiges, such as the existence of study groups, specialized journals, national and international meetings and events or the number of researchers, we have observed that, in the Brazilian context, so the necessary and desirable conditions from the epistemological point of view that can sustain the full scientificity of the Information Organization field are not yet met.

Descriptors: Organization of Information. Information. Science. Criteria of Scientificity.

CIENTIFICIDAD DE LA ORGANIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN: UN ANÁLISIS EPISTEMOLÓGICO A PARTIR DE LA COMUNIDAD BRASILEÑA

RESUMEN

Introducción: La Organización de la Información se ha constituido como un importante campo de estudios e investigaciones relativas a las cuestiones del tratamiento y del acceso a la información. Aunque se evoca a su cientificidad, los parámetros que permiten sostener tal afirmación aún no están sistematizados en la literatura del campo.

Objetivo: En este sentido, se realiza un estudio que retracta la supuesta cientificidad de este campo a partir de un análisis de sus fundamentos epistemológicos en el contexto brasileño. **Metodología:** Adoptamos como metodología un estudio teórico-exploratorio fundamentado en una investigación bibliográfica y análisis de contenido. A partir de un abordaje epistemológico, defínese, a partir de la sistematización de Hilton Japiassu y Mario Bunge como válidos para tal análisis los siguientes criterios: objeto, método, teoría, terminología/sistema conceptual y ley. **Resultados:** se constata, a partir del contexto brasileño, que los parámetros objeto, método, teoría, terminología/sistema conceptual y ley no son atendidos por el referido campo. **Conclusiones:** Teniendo como parámetro preliminar que un campo no debe ser considerado científico sólo por sus vestigios más visibles como la existencia de grupos de estudios, revistas especializadas, encuentros y eventos nacionales e internacionales o la cantidad de investigadores, se constata, a partir del contexto brasileño, que aún no se reúnen las condiciones necesarias y deseables desde el punto de vista epistemológico que puedan sostener la plena cientificidad del campo Organización de la Información.

Descriptores: Organización de la Información. Ciencia de la Información. Criterios de Cientificidad.

APÊNDICE A – Corpus de análise do campo da organização da informação

BASE BRAPCI

ALMEIDA, M.B.; PROIETTI, A.B.F.C.; COELHO, K.C.; ANDRADE, A.Q. A ontologia do sangue: uma iniciativa para representação e organização do conhecimento sobre hematologia e hemoterapia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19081>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ALMEIDA, M.B.; ANDRADE, A. Q. Organização da informação em prontuários de pacientes: uma abordagem popperiana. *Informação & Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 29-41, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/16359>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ALMEIDA, M.B.; BAX, M.P. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 7-20, 2003. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/5763>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ALMEIDA, M.B.; SOUZA, R.R. Avaliação do espectro semântico de instrumentos para organização da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31, p. 25-50, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/10159>. Acesso em: 11 Set. 2017.

AQUINO, I.J.; CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 3, p. 196-215, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/8220>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ASSIS, J.; MOURA, M.A. Folksonomia: a linguagem das tags. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 36, 2013.10.5007/1518-2924.2013v18n36p85. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13410>. Acesso em: 11 Set. 2017.

BRANDT, M. B.; BRÄSCHER, M. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento?. **Transinformação**, v. 22, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20439>. Acesso em: 11 Set. 2017.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G.H.A. O marketing e a arquitetura da informação para web no contexto do processo de mediação da informação. **Biblionline**, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19191>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CAFÉ, L.M.A.; BARROS, C.M.; SANTOS, V.C. O conceito de Organização do Conhecimento nas revistas brasileiras de Ciência da Informação. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, v.37, n.3, p.201-214, set./dez. 2014.

CAFÉ, L.; BRASCHER, M. Organização da informação e Bibliometria. Enc. Bibli: R. Eletr.Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, SC, n. esp. p.54-75, 1º sem. 2008. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-924.2008v13nesp1p54/1032>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CASTRO, I. R.; OLIVEIRA, M. Análise bibliométrica da produção científica sobre as linguagens de indexação publicadas nos anais de congresso do enancib no período de 2012 a 2015. *Biblionline*, v. 12, n. 3, 2016. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22138>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CATARINO, M.E. Simple knowledge organization system: construindo sistemas de organização do conhecimento no contexto da web semântica. *Informação & Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 17-28, 2014. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/15110>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CATARINO, M.E.; CERVANTES, B.M.N.; ALMEIDA, I. A. A representação temática no contexto da web semântica. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 25, n. 3, 2015. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19396>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CAVALCANTE, R.S.; BRÄSCHER, M. Taxonomias navegacionais em sítios de comércio eletrônico: critérios para avaliação. *Transinformação*, v. 26, n. 2, 2014. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20425>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CAVALCANTI, D.A.; NASSIF, M.E. Diretrizes para uma metodologia de modelagem da informação na câmara dos deputados. *Informação & Informação*, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/16867>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CICON, C. R.; LUNARDELLI, R. S. L. A organização da informação em ambiente web: um estudo do portal do procon-pr. *Informação@Profissões*, v. 1, n. 1/2, p. 132-151, 2012. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/18121>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CORRÊA, R.F.; VIEIRA, J.M.L. Representações visuais para recuperação de informação na btd-d-ufpe. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 4, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/14448>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CUNHA, C.C.D. Indicadores de ocorrência temática no campo da ciência da informação brasileira: uma perspectiva a partir dos artigos publicados no periódico ciência da informação. *Revista Informação na Sociedade*

Contemporânea, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/23208>. Acesso em: 11 Set. 2017.

CUNHA, J.H.C.; ARAÚJO JÚNIOR, R.H. Taxonomia de distorções contábeis. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, n. 49, 2017. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/23093>. Acesso em: 11 Set. 2017.

DIAS, C.C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 2, p. 7-17, 2015. Disponível em:<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/18418>. Acesso em: 11 Set. 2017.

DZIEKANIAK, G.V. A organização da informação e a comunicação científica: implicações para os profissionais e usuários da informação. **Em Questão**, v. 16, n. 1, p. 45-59, 2010. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/8958>. Acesso em: 11 Set. 2017.

FERREIRA, A.C.; MACULAN, B.C.M.S. Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em:<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22235>. Acesso em: 11 Set. 2017.

FERREIRA, L. C. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística . **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17138>. Acesso em: 11 Set. 2017.

FRANCELIN, M. M.; KOBASHI, N. Y. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20935>. Acesso em: 11 Set. 2017.

FUJITA, M.S.L. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da unesp. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15, n. 2, p. 97-112, 2005. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/3605>. Acesso em: 11 Set. 2017.

GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. A.; GUIMARÃES, L. S. Organização da informação e terminologia: a abordagem onomasiológica. **DataGramaZero**, v. 11, n. 5, p. A03, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9489>. Acesso em: 11 Set. 2017.

GRACIOSO, L.S. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, p. 138-158,

2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9503>. Acesso em: 11 Set. 2017.

GUEDES, R.M.; MOURA, M.A.; DIAS, E.J.W. A abordagem dialógica na indexação social. *DataGramaZero*, v. 13, n. 1, p. A05, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11720>. Acesso em: 11 Set. 2017

GUIMARÃES, J.A.C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/2113>. Acesso em: 11 Set. 2017.

KOBASHI, N.Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, v. 8, n. 6, p. A01-0, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7756>. Acesso em: 11 Set. 2017.

KOBASHI, N.Y.; DIAZ, F.; SANTANA, S. A. Cartografia temática e de colaboração em organização do conhecimento no brasil (2000-2010). **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/21034>. Acesso em: 11 Set. 2017.

KOBASHI, N.Y.; FRANCELIN, M.M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 1-24, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11569>. Acesso em: 11 Set. 2017.

LARA, M. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 91-96, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/1153>. Acesso em: 11 Set. 2017.

LARA, M. L. G. Informação, informatividade e lingüística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramaZero**, v. 9, n. 6, p. A01, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7544>. Acesso em: 11 Set. 2017.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20421>. Acesso em: 11 Set. 2017.

LARA, M. L. G. Novas relações entre terminologia e ciência da informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramaZero**, v. 7, n. 4, p. A02-0, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/3844>. Acesso em: 11 Set. 2017.

LEITE, B. P. C.; RIBEIRO, C. J. S. Contribuições da arquitetura da informação para o projeto de um repositório institucional. *Revista Informação na Sociedade*

Contemporânea, 2016. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/23297>. Acesso em: 11 Set. 2017.

LEITE, J. S. G. A.; SOUSA, M. R. F. Tratamento e organização da informação em ambientes web da copa 2014. **Biblionline**, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19256>. Acesso em: 11 Set. 2017.

MEDEIROS, J. S. Considerações sobre a informação na terceira ordem da ordem: um olhar a partir dos paradigmas da ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 102-111, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12266>. Acesso em: 11 Set. 2017.

MENDES, L. C. O movimento bibliográfico: organização do conhecimento no contexto da modernidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, 2016. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20783>. Acesso em: 11 Set. 2017.

MIRANDA, Zeny Duarte de.; SILVA, Márcio Bezerra da.; LINS, Ivana Aparecida Borges.; MENEZES, Maria do Carmo Vianna de.; SILVA, Sonia Maria Ferreira da.; SANTOS, Pablo Soledade de Almeida. Análise do ambiente SIS médicos e a cultura a partir da arquitetura da informação: enfocando o sistema de organização. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13199>. Acesso em: 11 Set. 2017.

MOURA, M.A. Folksonomias, redes sociais e a formação para o tagging literacy: desafios para a organização da informação em ambientes colaborativos virtuais. **Informação & Informação**, v. 14, n. esp., p. 25-45, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7945>. Acesso em: 11 Set. 2017.

MOURA, M.A. Informação, ferramentas ontológicas e redes sociais ad hoc: a interoperabilidade na construção de tesouros e ontologias. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 19, n. 1, p. 59-73, 2009. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7570>. Acesso em: 11 Set. 2017.

OLIVEIRA, D. A.; ARAÚJO, R. F. Construção de linguagens documentárias em sistemas de recuperação da informação: a importância da garantia do usuário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 34, p. 17-30, 2012. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/16938>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ORTEGA, C. D. Contexto de desenvolvimento da organização da informação, com enfoque para a catalogação, na escola de ciência da informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 182-215, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13344>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, p. A03, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/2048>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ORTEGA, C.D. Categorias configuradoras da Ciência da Informação: seleção, exploração e sistematização. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v.33, p.289-328, 2010.

PALETTA, F. C.; PELISSARO, B. R. Estudo de usuários e modelos de busca da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/16528>. Acesso em: 11 Set. 2017.

PAULA, L. T.; MOURA, M.A. Nanopublicações e indexação: processos e relações. **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19140>. Acesso em: 11 Set. 2017.

PONTES, F.V.; LIMA, G.A.B.O. A organização do conhecimento em ambientes digitais: aplicação da teoria da classificação facetada. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12537>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ROBREDO, J. Filosofia e informação? reflexões. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13092>. Acesso em: 11 Set. 2017.

ROBREDO, J. Otimização dos processos de indexação dos documentos e de recuperação da informação mediante o uso de instrumentos de controle terminológico. **Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 3-18, 1982. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/5552>. Acesso em: 11 Set. 2017.

SANTANA, G.H.C. A folksonomia como modelo emergente da representação e organização da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13505>. Acesso em: 11 Set. 2017.

SANTOS, C.A.C.M. Organização e representação do conhecimento: bibliometria temática em artigos de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20747>. Acesso em: 11 Set. 2017.

SILVA, N. S.; SILVA, M.B. contribuição da organização da informação na responsabilidade social da biblioteca da ambep. **Biblionline**, v. 6, n. esp., 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12332>. Acesso em: 11 Set. 2017.

SIMÕES, M.G.M.; FREITAS, M.C.V. A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de

divergência. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 1, p. 81-115, 2013. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13441>. Acesso em: 11 Set. 2017.

SOUZA, E. G.; BEZERRA, D.A. Os functional requirements for bibliographic records no contexto da web semântica: as contribuições de Paul Otlet. **Transinformação**, v. 28, n. 2, 2016. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20266>. Acesso em: 11 Set. 2017.

SOUZA, M. I. F.; ALVES, M.D.R.; QUEIROS, L.R.; SANTOS, A.D.; OLIVEIRA, L.H.M. Representação descritiva e temática no sistema agência de informação EMBRAPA: controle de vocabulário. **Transinformação**, v. 22, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20420>. Acesso em: 11 Set. 2017.

TÁLAMO, M.F.G.M.; LENZI, L.A.F. Terminologia e documentação: a relação solidária das organizações do conhecimento e da informação no domínio da inovação tecnológica. **DataGramZero**, v. 7, n. 4, p. A03-0, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/3904>. Acesso em: 11 Set. 2017.

TORRES, S.; ALMEIDA, M.B. Classificação: uma operação inerente às linguagens documentárias?. **DataGramZero**, v. 16, n. 3, p. A04, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/18897>. Acesso em: 11 Set. 2017.

VICTORINO, M.C.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e do conhecimento, engenharia de software e arquitetura orientada a serviços: uma abordagem holística para o desenvolvimento de sistemas de informação computadorizados. **DataGramZero**, v. 10, n. 3, p. A03-00, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7097>. Acesso em: 11 Set. 2017.

VIERA, A. F. G.; GARRIDO, I. S. Folksonomia como uma estratégia para recuperação colaborativa da informação. **DataGramZero**, v. 12, n. 2, p. A02-0, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/10069>. Acesso em: 11 Set. 2017.

BASE LISA

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de; SOUSA, M. R. F.; GUIMARÃES, Í. J. B. Organização da informação e acessibilidade para usuários deficientes visuais em bibliotecas, arquivos, museus e web. **Biblionline**; Joao Pessoa Vol. 11, Iss. 2, 43, 2015.

ARAÚJO, C.A.A. O conceito de informação na ciência da informação. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010.

BAPTISTA, D.M. Entre a informação e o sonho: o espaço da biblioteca contemporânea. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.19, n.1, p. 19-27, jan./abr. 2009.

BARROS, C.M.; CAFÉ, L.M.A.; SILVA, E.L. Mediação do conhecimento para o acesso à informação: reflexão baseada em uma perspectiva sociológica da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 3, p.468-477, set./dez. 2011

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; MORAES, Joao Batista Ernesto de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Linguagem, o Texto e o Documento no contexto da Ciência da Informação. **SCIRE: Representacion y Organizacion del Conocimiento**, Vol. 18, Iss. 2, 135-141, July 2012.

RIBEIRO, Fabiano Ferrari; MONTEIRO, Silvana Drumond. Arquitetura da informação em sites de pro-reitorias de graduação: um enfoque nas instituições estaduais de ensino superior do Paraná. **Informacao & Informacao** Vol. 17, Iss. 3, 125-164, 2012.

BASE SCOPUS

CAMPOS, M.L.A. O papel das definições na pesquisa em ontologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 15(1), pp. 220-238, 2010.

MACULAN, B.C., LIMA, G.A.B.O. Relacionamentos em tesouros: O valor semântico dos verbos. **Perspectivas em Ciência da Informação** 19(4), pp. 182-201, 2014.

MARCONDES, C.H.. Análise ontológica de definições de informação: Em busca da sua essência. **Transinformação**, 27(2), pp. 105-122, 2015.

PACHECO, K.L.; ORTEGA, C.D. Origem do modelo FRBR. **Biblios** (60), pp. 63-75, 2015.

SALES, R., GUIMARÃES, J.A.C. O método analítico-sintético de Julius Kaiser: um pioneirismo para o tratamento temático da informação. **Transinformação**, 29(2), pp. 125-139, 2017.

TRISTÃO, A.M.D. et.al. Sistema de classificação facetada: instrumento para organização da informação sobre cerâmica para revestimento. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 109-136, jul./dez. 2004.